

HABEAS CORPUS Nº 639.275 - MG (2021/0006201-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : ALISSON MOREIRA RODOVALHO E OUTROS
ADVOGADOS : ALISSON MOREIRA RODOVALHO - MG142247
TAINARA JUSTINO ANDRADE - MG147262
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MAX MILLER ALVES FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAX MILLER ALVES FERNANDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O paciente foi preso em flagrante no dia 26/11/2020 pela suposta prática dos crimes previsto nos arts. 180 e 330, ambos do Código Penal e art. 14 da Lei n. 10.826/03. A prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência de requisitos ensejadores da medida extrema elencados no art. 312 do CPP, de fundamentação idônea e concreta do decreto prisional, a violação ao princípio da presunção da inocência e o caráter subsidiário da prisão cautelar.

Requer, liminarmente, a expedição do alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar, e subsidiariamente, pela aplicação de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente